

O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DISSEMINAÇÃO DA LEI 10.639/03

Ledalene da Conceição Gonçalves Menezes¹
Verilane dos Santos Menezes²

Resumo

O referido trabalho destaca a função social do livro didático como instrumento pedagógico bastante utilizado por docentes e discentes para promover o aprendizado. Sendo um material explorado e acessível nas escolas, o que revela sua força ideológica em temas que permeiam a educação. Nesse contexto, as concepções referentes ao estudo da contribuição do negro são evidenciadas a partir da promulgação da lei 10639/03, que torna obrigatório o estudo da História da África e da cultura do negro. Essa análise do livro didático de Geografia torna-se algo extremamente necessário para identificarmos os estereótipos presentes na sua estrutura, desde imagens e textos que possam apresentar uma visão distorcida da verdadeira importância do negro. Principalmente porque a Geografia traz como base de seus estudos a formação do espaço geográfico, as relações humanas que atuaram sobre o mesmo, o que reforça a necessidade de reconhecermos essa contribuição do negro na cultura brasileira e na formação do seu território. A metodologia utilizada para produção desse artigo traz uma abordagem qualitativa, através de revisão bibliográfica, de livros, artigos, etc. Os resultados nos mostram a importância do livro didático, a sua influência nas concepções que são reproduzidas em sala de aula, destacando o papel do professor no processo de escolha e utilização do mesmo, ressaltando a necessidade de uma nova abordagem no que refere-se ao negro, para que sua história seja destacada e que fatos importantes sejam enaltecidos, de modo que o educando negro possa reconhecer-se no livro didático, eleve a sua autoestima e tenha uma visão mais positiva sobre seus antepassados.

Palavras-chave: Livro didático; Geografia; Lei 10639/03

Abstract

This work highlights the social function of the textbook as a pedagogical tool widely used by teachers and students to promote learning. Being a material explored and accessible in schools, which reveals its ideological strength in themes that permeate education. In this context, the conceptions related to the study of the contribution of the black are evidenced from the promulgation of law 10639/03, which makes the study of the History of Africa and the culture of the black obligatory. This analysis of the Geography textbook becomes something extremely necessary to identify the stereotypes present in its structure, from images and texts that can present a distorted view of the true importance of black people. Mainly because Geography brings as a base of its studies the formation of the geographical space, the human relations that acted on it, which reinforces the need to recognize this contribution of black people in Brazilian culture and in the formation of their territory. The methodology used to produce this article brings a qualitative approach, through bibliographic review, books, articles, etc. The results show us the importance of the textbook, its influence on the concepts that are reproduced in the classroom, highlighting the role of the teacher in the process of choosing and using it, emphasizing the need for a new approach with regard to the black, so that their history is highlighted

¹ Mestra em Ciências da Educação pela FICS; Especialista em Educação Ambiental pela FAAC. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela FACCEBA. Licenciada em Geografia pela UNIJORGE. Docente na Escola da Polícia Militar Francisco Pedro de Oliveira em Candeias/Ba. E-mail le.goncalves@yahoo.com.br

² Mestra em Ciências da Educação pela FICS; Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação pela Uneb. Licenciada em Pedagogia pela Uneb, Licenciada em Geografia pela Face. Docente na Escola Papa Paulo VI em Candeias/Ba e na Escola Januário Ribeiro em São Sebastião do Passé/Ba. Email verys2_lane@hotmail.com

and important facts are highlighted, so that black students can recognize themselves in the textbook, raise their self-esteem and have a more positive view of their ancestors..

Keywords: Textbook; Geography; Law 10639/03

Introdução

A escola enquanto instituição social e sendo a educação constituída como direito de todo cidadão, tem fundamental importância e responsabilidade na formação de cidadãos críticos, reflexivos e capacitados para transformar a realidade que vivem. Nesse sentido, a escola torna-se um lugar privilegiado para a produção do conhecimento científico no intuito de tornar os seus alunos agentes capazes de modificar o meio social no qual se encontram inseridos, refletindo sempre a realidade atual e buscando meios de transformá-la.

Ao falar em educação escolarizada, surge necessariamente uma discussão acerca do livro didático e qual sua função social dentro da unidade de ensino, enquanto instrumento pedagógico a ser utilizado com o intuito primordial de favorecer o aprendizado do educando e nortear a prática do profissional na condução desse conhecimento. Nesse contexto, é importante pensar a origem desse instrumento que hoje faz parte da rotina de professores e alunos em todos os segmentos da educação institucionalizada, pois:

No século XIX, o livro didático surgiu como um adicional à Bíblia, até então, o único livro aceito pelas comunidades e usado nas escolas. Somente por volta de 1847, os livros didáticos passaram a assumir um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional. Os primeiros livros didáticos, escritos sobretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados. (OLIVEIRA et al, 1984, p. 26).

De acordo a citação acima, o livro didático que surge no século XIX favorece a princípio a alunos de um determinado grupo social, denominados “elite” e vem sobretudo como complemento da Bíblia, primeiro livro que se tem conhecimento que tenha existido.

A Importância do Livro Didático

Ao abordar sobre a origem do livro didático hoje tão comum entre nós e refletindo ainda sobre seu real significado e efetiva contribuição para a ação pedagógica, vale refletir que:

Primeiro, trata-se de um tipo de material de significativa contribuição para a história do pensamento e das práticas educativas ao lado de outras fontes escritas, orais e iconográficas e, segundo, ser portador de conteúdos reveladores de representações e valores predominantes num certo período de uma sociedade que, simultaneamente à historiografia da educação e da teoria da história, permitem rediscutir intenções e projetos de construção e de formação social (CORREA, 2000, p. 11).

O autor supracitado compreende o livro didático como uma fonte de conteúdos reveladores de uma determinada sociedade, através do qual é possível perceber e buscar compreender inclusive a formação de uma sociedade, aspecto de extrema importância ao pensarmos quão relevante e abrangente é esse instrumento na prática educacional.

Para outros estudiosos, o livro didático está ligado à cultura escolar, sendo inclusive parte do fazer do processo de ensino-aprendizagem antes mesmo de ter uma versão impressa, fazendo referência aos registros produzidos por estudantes em seus cadernos. Conforme citação abaixo:

Sua origem está na cultura escolar, mesmo antes da invenção da imprensa no final do século XV. Na época em que os livros eram raros, os próprios estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de textos. Com a imprensa, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo a concepção do livro como “fiel depositário das verdades científicas universais” foi se solidificando (GATTI JÚNIOR, 2004, p.36).

Tendo surgido no século XV ou XIX, o fato é que o livro didático hoje é um instrumento de grande abrangência e norteador do trabalho de muitos profissionais da educação. O fato é que ao longo de tanto tempo o livro didático tem se mantido presente na dinâmica escolar, existem profissionais que pautam sua prática basicamente nele, existem outros tantos que o utilizam meramente como base para a explicação de seus conteúdos, desse modo o livro didático é um material básico para a metodologia explorada nas salas de aulas de escolas públicas de todo país.

O livro didático é um recurso importante na escola por ser útil tanto ao professor como ao aluno. Visto que, através dele o docente pode reforçar e mesmo revisar seus conhecimentos sobre um assunto específico ou receber sugestões de como apresentá-lo em suas aulas, e para o discente é uma forma de ter de maneira mais estruturada e organizada o assunto que possibilite que ele revise em outros espaços além da escola e faça exercícios que reforcem este conhecimento (LIBÂNEO, 2002).

Nesse sentido, o livro didático passa a fazer parte da cultura popular e a manter-se importante e presente na didática escolar, mesmo com todas as

transformações já ocorridas em nossa sociedade, conforme nos confirma a citação a seguir:

O livro didático faz parte da cultura e da memória visual de muitas gerações e, ao longo de tantas transformações na sociedade, ele ainda possui uma função relevante para a criança, na missão de atuar como mediador na construção do conhecimento. O meio impresso exige atenção, intenção, pausa e concentração para refletir e compreender a mensagem, diferente do que acontece com outras mídias como a televisão e o rádio, que não necessariamente obrigam o sujeito a parar. O livro, por meio de seu conteúdo, mas também de sua forma, expressa em um projeto gráfico, tem justamente a função de chamar a atenção, provocar a intenção e promover a leitura (Ibid.,p.13).

Partindo dessa análise realizada sobre o livro didático e suas implicações, é possível afirmar que o mesmo perpassa de um simples e corriqueiro livro e chega a assumir um lugar de vários significados na vida dos seus usuários, sejam eles docentes e /ou discentes, contribuindo sim para a produção do conhecimento.

No entanto, por ser o professor a parte profissional do contexto, em muitos dos casos, o modo como o aluno se relaciona com esse material impresso que ele tem acesso para estruturar os seus estudos, terá íntima relação ao modo como o professor percebe e ainda ao grau de importância com que esse material é tratado no ambiente de seu uso orientado (na unidade escolar) e ainda terá íntima relação de quão cuidadoso o aluno será ou não com o seu material ao levá-lo para o seu ambiente familiar.

Bittencourt (2003) se refere ao livro didático como algo de difícil definição, considerando para tanto a complexidade existente nesse material pedagógico que tem a possibilidade de conteúdos para assumir as mais variadas vertentes a depender do contexto que está sendo utilizado.

É interessante pensarmos que muitos dos nossos educandos não tem outra fonte de acesso a pesquisa e informação pedagógica que não o livro didático, a partir dessa constatação torna-se ainda mais importante se fazer um bom uso desse material, que precisa servir inclusive de estímulo para esse aluno(a) sentir o desejo de se aventurar em outras leituras, livros e possibilidades. Nesse sentido, a ligação entre o professor e o livro didático certamente perdurará por longos anos, para confirmar essa constatação vale pensar na precariedade de material de apoio para o desenvolvimento das aulas em escolas espalhadas nos mais variados cantos do nosso país.

A condução do processo educativo e a orientação que segue a partir dos conteúdos propostos pelos livros para cada ano de escolarização tem em si uma

intencionalidade e cada profissional acrescenta a isso a sua forma de perceber cada proposta e desenvolvê-la junto a seus alunos. Trata-se então de um material de extrema relevância e usabilidade nos espaços onde o favorecimento ao conhecimento é prática diária, servindo como orientador para muitos educadores e educandos de um canto a outro do Brasil, portanto:

[...] o livro didático brasileiro, ainda hoje, é uma das principais formas de documentação e consulta empregados por professores e alunos. Nessa condição, ele às vezes termina por influenciar o trabalho pedagógico e o cotidiano da sala de aula (BRASIL, 2003, p.10).

Não raramente, o livro didático influencia o fazer pedagógico por ser um instrumento político, fruto da escolha dos profissionais que fazem a educação acontecer dentro de cada contexto escolar, e, portanto, um instrumento pensado para atender as demandas do seu público-alvo. O livro didático precisa apresentar propostas para a efetivação da construção do conhecimento, nessa linha, precisa ser um documento norteador para estimular o senso crítico do aluno, conforme citação que segue:

[...] para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isto significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e ajudar a construir o futuro (SANTOS, 1994 ,p.121)

Contudo, o livro didático precisa ser um instrumento que esteja a serviço da educação no intuito de formar cidadãos críticos e reflexivos, capazes de pensar e buscar constantemente transformar a realidade de sua vida.

O livro didático de Geografia e a lei 10639/03

Reconhecendo a importância do livro didático e sua constante utilização, vale refletir sua importância e funcionalidade voltadas diretamente ao ensino da Geografia, tal como compreender o sujeito desde o seu ser individual ao coletivo, digo global, para que o mesmo seja capaz de compreender e dominar o processo geográfico aqui compreendido no sentido amplo do termo, da teoria à prática.

No entanto, pensar o livro didático é estar automaticamente refletindo acerca da nossa educação escolarizada, visto que esse instrumento tem uma íntima relação com a história da educação do nosso país e assim, por conseguinte com o ensino de Geografia, servindo inclusive como modo de análise e percepção de ideologias e mesmo interesses, inclusive políticos, de uma dada sociedade.

A princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) tratava de forma muito superficial assuntos referentes a questão racial e muitas intervenções propostas não eram aceitas pelo fato dessa temática não ser considerada necessária. Entretanto, há de se considerar o avanço trazido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que proporcionaram uma discussão acerca do reconhecimento de que o racismo é uma realidade e que valorizar a cultura das minorias é uma necessidade.

No entanto, foi a partir da lei 10639 criada em 2003, durante a gestão do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que houve na integra uma proposta de mudança no modo como o Livro Didático tratava a temática tornando então obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio e sua inserção ao currículo alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), isso significa mais cultura negra nas escolas e mais material de apoio para embasar o profissional da educação.

Ela pode ser considerada uma lei “reparatória” se pensarmos por quanto tempo a história e cultura afro-brasileira e africana foi negada em nossa sociedade claramente preconceituosa, ou ainda vista de modo inferior, reforçando por décadas o estigma de classes superiores a outras.

Ao tratarmos das propostas trazidas pela lei para o ensino específico de geografia o foco está voltado para o estudo sobre a África exatamente na tentativa de desfazer estereótipos que sempre foram trazidos pelos livros, de alguma forma reforçando uma ligação do continente africano a questões como a fome, pobreza, miséria, pois:

É sabido que a África comumente está representada de forma estereotipada e por um viés negativo no mundo da educação. É corrente a associação do continente africano a pobreza, violência, fome, doenças (HIV) e falta de organização social. Essas visões são apresentadas desta forma na educação brasileira porque consideramos que nossa educação é pautada nos conhecimentos eurocentrados que organizam nossa forma de enxergar e conhecer o mundo (COSTA e DUTRA, 2009, p. 30).

Desse modo, a adição dessa nova lei que muda a forma que o currículo passa então a lidar com essa realidade é fruto de muitas lutas de movimentos sociais negros e pesquisadores engajados nessa temática, que por muitos anos questionaram a inexistência de uma forma respeitosa para apresentar e representar

esse público no currículo regular e por consequência nas salas de aula de todo território nacional.

Nesse sentido vale destacar que estamos tratando do currículo trabalhado no Brasil, país de maioria de população negra que ao longo de tantos anos não tiveram nenhum tipo de representação positiva estampada nos livros didáticos, logo, livros oficialmente utilizados nas unidades escolares de todos os cantos desse país... pelo contrário, durante muito tempo o material didático reforçou inclusive muitos estereótipos referente a essa camada da população..

Essa realidade não se aplica tão somente no que concerne a discussões referentes ao continente africano, mas ao fato de “ser negro” propriamente dito, que em nossa sociedade sempre sinônimo de estar à margem, ser feio, ruim e menos importante, enquanto por consequência “ser branco” passa pelo inverso dessa realidade, logo, ser branco sempre foi associado a ser bom e fazer parte de uma determinada elite.

Por esse mesmo motivo, o educando negro ficou historicamente sem uma representação positiva, pois tudo que era tido como bom estava distante desse público. Assim, mesmo tendo acesso ao livro didático não havia uma representação positiva, o negro não se via ali tratado respeitosamente e com o devido respeito a todas as suas lutas e histórias, bem como o reconhecimento de suas vitórias. Ao contrário, sempre que as demandas desse público eram tratadas traziam junto situações negativas que não por acaso, não traziam orgulho para nenhum estudante em processo de formação pedagógica e cidadã em se autodeclarar negro e por considerar todas as batalhas já travadas pelos seus antepassados, considerar-se então um vitorioso, vencedor.

A lei 10639 reforça na escola a sua função social enquanto responsável em combater todo e qualquer tipo de preconceito, discriminação e racismo, uma vez que atende rotineiramente pessoas das mais variadas crenças, ideologias e culturas, devendo assim assumir o papel de formar cidadãos dotados de criticidade e capazes de ações positivas para a promoção da igualdade racial e social. Assim, torna-se inegável a importância dessa representação da história, até mesmo a título de reparação no que concerne a cultura afro-brasileira e africana, para que a partir dessa mudança os livros tratem com o devido respeito a demandas históricas e tão importantes protagonizadas por esses povos.

Além da necessidade de adequação da forma como o conteúdo programático é apresentado pelo material impresso, livro didático propriamente dito, a 10639 propõe, sobretudo uma mudança na postura do profissional de geografia, que além de se dedicar a compreender a nova forma como os conteúdos lhes são apresentados, precisa ainda estar atento ao modo como o mesmo conteúdo será problematizado por ele, conduzindo o aprendizado dos alunos de forma significativa e livre de quaisquer forma de preconceito e discriminação.

Considerações

Assim, desde o ano de 2003 quando a lei 10639 foi promulgada ela vem servindo de forte instrumento de representação de minorias, reposicionando o negro em contextos variados e buscando combater o inventado discurso de que existe cor/raça superior a outra, nesse sentido a lei busca igualar pessoas e acima de tudo combater o racismo.

Partindo de uma reflexão da redação da lei em si, vale destacar a obrigatoriedade existente a partir da promulgação da mesma sobre o ensino da cultura afro-brasileira, o conteúdo programático passa a respeitar a luta dos negros no Brasil, tal como a reconhecer a importância do negro na formação da sociedade nacional, e ainda a inclusão de uma data específica para pensar na cultura e importância do povo negro, instituindo assim o dia 20 de novembro como o dia nacional da consciência negra, que mesmo não sendo o suficiente é uma forma de começar a reparar os danos sofridos por muitos anos por negros e negras, pelo simples fato da cor da sua pele e do vergonhoso histórico de 'inferioridade' que foi imposto socialmente e sempre esteve intimamente ligado ao fato de ser negro nesse país.

Para que o ensino de Geografia esteja devidamente adequado às orientações propostas a partir da lei, faz-se necessário que os livros continuem a apresentar uma nova roupagem, apresentando ajustes na forma como tem abordado ao longo de tantos anos a questão racial, inclusive da figura da mulher negra, revendo apresentações estereotipadas que por muito tempo reforçou uma imagem negativa no que se refere a povos africanos, associando-os sempre a fatos negativos e/ou menos importantes. O livro didático precisa à luz da lei, redobrar o cuidado no modo como trás para a discussão os conteúdos envolvendo esses povos que durante um longo período viveu à margem da sociedade.

Desse modo, busca-se derrubar a ideia de hierarquia que vem ao longo de tantos anos desmerecendo os menos favorecidos, as minorias que sentem na pele constantemente esse tratamento inferior, visto que esse modo de tratar tão preconceituoso é um fator histórico, tendo a partir da implementação dessa lei às diretrizes e bases da educação, uma oportunidade de retomar a discussão do papel do negro, do pobre, da mulher de maneira mais justa, dando-lhes vez e voz a partir de narrativas mais pautadas na realidade e veiculada através do livro didático.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Em foco:** história, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa. v. 30, n. 3. São Paulo: Set/2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394, 20 dezembro 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei n.o 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Lei de Diretrizes e Bases.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação.** Caderno cedes, ano XX, n. 52, novembro/2000.

COSTA, Raphael Luiz Silva da; DUTRA, Diego França. A lei 10639/2003 e o ensino de Geografia: representação dos negros e África nos livros didáticos. In: **Anais X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia.** Porto Alegre, 2009.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da história:** livro didático e ensino no Brasil. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

LIBÂNEO, A.C. **Didática:** velhos e novos tempos. Edição do Autor, 2002.

OLIVEIRA, J.B.A; GUIMARÃES, S.D.P; BOMÉNY, H.M.B. **A política do livro didático.** São Paulo: SUMMUS, 1984.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e o meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.